

PROJETO DE LEI 462/2015 ¹

1. Síntese da Matéria:

O projeto em análise, de autoria do Deputado PADRE JOÃO, acrescenta parágrafo ao artigo 23 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para destinar parte das multas aplicadas nos termos dos §§ 2º e 4º para investimento em equipamento e modernização dos setores de fiscalização do trabalho. O projeto obedece ao rito de regime de tramitação ordinária (art. 151, III, RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões - art. 24 II, tendo sido distribuído às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nessa ordem.

2. Análise:

As disposições do projeto têm como objeto os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, oriundos da aplicação de multas com fulcro no art. 23 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. A proposição destina parte desses recursos para o investimento em equipamento e modernização dos setores de fiscalização do órgão responsável. No entanto, esses recursos não são receitas públicas, tanto que não participam da lei orçamentária anual. Ou seja, a proposição transforma parte dos recursos que compõem o patrimônio dos trabalhadores em receitas públicas vinculadas ao aparelhamento dos setores de fiscalização para o exercício da função. Porém, a infraestrutura e as condições adequadas para o pleno exercício da fiscalização e do poder de polícia devem ser fornecidas pelo Estado, que pode lançar mão de instituição de taxa, nos termos do art. 145, II, da Constituição Federal. De acordo com esse raciocínio, apesar de a despesa estar acompanhada de uma receita vinculada para suportá-la, entendemos que os recursos são impróprios por não se tratar de receita pública. Além disso, se se entender de forma diferente, ainda assim, a proposição não pode ser considerada adequada do ponto de vista orçamentário e financeiro, em virtude do art. 136 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020. Segundo esse dispositivo, os projetos de lei que vinculem receitas a despesas devem conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos.

3. Dispositivos Infringidos:

Lei nº 14.116/20, art. 136.

4. Resumo:

Consideramos o PL nº 462/15 inadequado orçamentária e financeiramente.

Brasília, 5 de Maio de 2021.

Trabalho, Previdência e Assistência Social
Túlio Cambraia - Coordenador de Núcleo

¹ Solicitação de Trabalho da Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação para atender ao disposto no art. 10-A da Norma Interna da CFT.